

História pública produzida pelo povo indígena Paiter Suruí: apresentação da etnia na rede social Instagram @paiter_suruí¹

Juliana de ALMEIDA ROCHA²
Juliano José de ARAÚJO³

Resumo: A história do estado de Rondônia é marcada pelo avanço da colonização e da fronteira econômica. Neste cenário, os Paiter Suruí passaram a usar tecnologias de monitoramento para defender seu território e se apropriaram das redes sociais, que se tornaram grandes ferramentas de comunicação para o povo. Tendo em vista esse contexto, o objetivo deste artigo é analisar as produções do povo Paiter Suruí no Instagram @paiter_suruí, a partir de uma contribuição para a história do próprio povo, buscando também dimensionar a relevância dessa produção da etnia na dinâmica sócio-histórica atual. Este trabalho pensa as publicações dos Paiter Suruí em seu perfil oficial no Instagram como uma forma de História Pública, uma construção que não é feita por profissionais, mas que possui um grande valor histórico. Nesse sentido, foram analisadas 21 postagens feitas sobre o Acampamento Terra Livre no perfil oficial dos Paiter Suruí no Instagram, entre os anos de 2021 e 2022, que permitiram o tensionamento dos conceitos de Autoridade Compartilhada (Frisch, 2016) e História Pública (Carvalho, 2016; Fagundes, 2017; Cauvin, 2019) com base na construção das postagens. Essas publicações mostraram que os Suruí cada vez mais vêm dominando as ferramentas criadas pelos não-indígenas a seu favor e que ocorre uma apropriação do mundo on-line, que serve como uma extensão do mundo off-line, na qual o grupo projeta aquilo que eles querem que mais pessoas tenham acesso e vejam. As redes sociais não conseguem captar exatamente aquilo que os Suruí vivenciam, mas servem como um intermediário entre eles e uma ampla audiência.

Palavras-chave: História Pública, Paiter Suruí, Instagram.

¹ Este artigo foi redigido a partir de um recorte que sintetiza as reflexões do trabalho da autora de conclusão de curso.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Rondônia. Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco e bolsista FACEPE. UFPE. Recife. PE. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5935-3914> E-mail: juliana.rochar2d2@gmail.com

³ Doutor em Múltiplos pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor associado do Departamento de Comunicação (DACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2407575072406966>

Public history produced by the indigenous people Paiter Suruí: presentation of the ethnic group on the social network Instagram @paiter_surui

Abstract: The history of the state of Rondônia is marked by the advance of colonization and the economic frontier. In this scenario, the Paiter Suruí began to use monitoring technologies to defend their territory and appropriated social networks, which became great communication tools for the group. Based on this, the objective of this article is to analyze the productions of the Paiter Suruí people on Instagram @paiter_surui from a contribution to the history of the people themselves, also seeking to measure the relevance of this production of the ethnic group in the current socio-historical dynamics. This work thinks of the publications of the Paiter Suruí on their official Instagram profile as a form of Public History, a construction that is not made by professionals, but which has a great historical value. In this sense, 21 posts made about the Free Land Camp on the official profile of the Paiter Suruí on Instagram between 2021 and 2022 were analyzed, which allowed the tensioning of the concepts of Shared Authority (Frisch, 2016) and Public History (Carvalho, 2016; Fagundes, 2017; Cauvin, 2019) based on the construction of the posts. These publications showed that the Suruí are increasingly mastering the tools created by non-indigenous people in their favor and that there is an appropriation of the online world, which serves as an extension of the offline world, in which the group projects what they want more people to have access to and see. Social networks cannot capture exactly what the Suruí experience, but they serve as an intermediary between them and a wide audience.

Keywords: Public History, Paiter Suruí, Instagram.

Introdução

A história do estado de Rondônia é marcada pelo avanço da colonização e da fronteira econômica. Desde o início da ocupação da região, os conflitos entre os indígenas e os não indígenas foram constantes. Com o incentivo da migração de pessoas de outros estados para a região Amazônica durante a Ditadura Militar, os contatos ficaram mais frequentes e a violência cresceu (Silva, 2023; Romero, 2014; Romero, 2020). Como o objetivo do governo nesse momento era a ocupação dessa área e os lucros que poderiam ser obtidos, a chegada de novos colonos significou o desmatamento e a destruição da Floresta Amazônica, assim, em pouco tempo grandes territórios foram devastados e a floresta começou a desaparecer com rapidez.

Nessa conjuntura, os indígenas tiveram que lutar pela sobrevivência de seus povos e pela preservação da floresta amazônica. Diferentes etnias buscaram formas de manter viva as suas tradições e cultura, entre elas a apropriação da tecnologia de diversas formas, como os Paiter Suruí que passaram a utilizar para o monitoramento e proteção do seu território, mas também desenvolveram uma presença forte nas redes sociais (Romero, 2014). Esse cenário permite e proporciona reflexões sobre a forma como a História é elaborada.

Partindo dessa perspectiva, o objetivo deste artigo é verificar de que forma os indígenas Paiter Suruí utilizam as redes sociais para apresentar e representar o seu povo. Foram analisadas 21 postagens feitas sobre o Acampamento Terra Livre no perfil oficial dos Paiter Suruí no Instagram, entre 2021 e 2022, que permitiram o tensionamento dos conceitos de Autoridade Compartilhada (Frisch, 2016) e História Pública (Carvalho, 2016; Fagundes, 2017; Cauvin, 2019) com base na construção das postagens, como o que era escrito nas legendas, se era foto ou vídeo, quem e quais objetos apareciam nas publicações, e o discurso que é apresentado.

Essas produções indígenas no Instagram @paiter_suruí foram analisadas tendo no horizonte uma contribuição para a história do próprio povo e para dimensionar a relevância da produção da etnia paiter suruí na dinâmica sócio-histórica. A partir disso, este trabalho começa com uma apresentação e contextualização sobre os Paiter Suruí, apontando a influência da colonização de Rondônia na vida da etnia e as transformações que eles apresentaram ao longo das décadas. Em seguida, os conceitos de História

Pública e Autoridade Compartilhada são discutidos e problematizados, pensando especificamente o objeto de análise do artigo, o perfil no Instagram do povo paiter suruí. Depois é feita a análise das 21 postagens que foram selecionadas, focando nos símbolos que estão presentes nelas, nas legendas e falas em vídeos.

Este artigo entende as produções dos Paiter Suruí em seu perfil oficial no Instagram como uma forma de História Pública, uma construção que não é feita por profissionais, mas que possui um grande valor histórico. Esses materiais criados e publicados pelos Paiter Suruí incluem fotos, vídeos e textos e a maioria deles apresenta um conteúdo informativo sobre o povo ou sobre ações que eles realizam, o que mostra que essas postagens são pensadas e desenvolvidas focando no público que vai consumi-las. Assim, vemos que a intenção do povo é realmente usar as redes sociais como uma ferramenta de comunicação com pessoas de fora da comunidade paiter suruí.

A realidade Paiter Suruí em Rondônia

Estimativas apontam que o povo paiter suruí era composto por cerca de 4.000 pessoas em 1969, ano em que o contato oficial com agentes da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, aconteceu, e que de 1970 a 1975 a população se reduziu para 600 indígenas (Romero, 2014). As principais causas de mortes foram doenças trazidas pelos não indígenas, como a gripe, a tuberculose e o sarampo. O povo também teve que lidar com constantes invasões ao seu território e ataques frequentes de colonos armados. Eles lutaram e resistiram, mas aos poucos o modo de vida dos colonos se tornava o padrão e suas tradições iam desaparecendo e se transformando, como a forma de guardar memórias e contar histórias, que antes eram feitas apenas de maneira oral, mas com o contato passaram a acontecer de múltiplas maneiras, como a escrita e a fotografia.

Os Suruí deixaram as suas malocas tradicionais e foram morar em casas de madeira, perto do Posto de controle da FUNAI. Na década de 1980, o posto contava com uma sede, uma casa para o enfermeiro da FUNAI e sua família, uma outra residência era ocupada por um casal de missionários do Summer Institute of Linguistics, religiosos que vinham para o Brasil com o objetivo de traduzir a bíblia para os idiomas indígenas, e outra para uma linguista. Também foi construída uma escola, um paiol para

armazenar o que era cultivado pelos Paiter Suruí, uma beneficiadora de arroz, uma pista para pouso e diversas pequenas casas para famílias indígenas (Romero, 2014; 2020). Havia ainda uma grande roça no posto, na qual os indígenas produziam alimentos que tinham sido introduzidos pelos agentes da FUNAI, como arroz, feijão e melancia.

A produção era organizada pelos funcionários do governo e por isso os indígenas foram aos poucos abandonando o seu jeito tradicional de trabalhar e plantar, para seguir os padrões de produção dos não indígenas. Depois que os colonos foram expulsos da Terra Indígena, os Paiter Suruí ocuparam suas casas e fazendas, passando a produzir nelas alimentos como o café e a castanha, e também se dedicaram à criação de gado.

O contato levou os Paiter Suruí a adquiriram o interesse em comprar roupas, produtos industrializados e a sua alimentação foi totalmente alterada, o que aumentou o número de indígenas doentes devido ao novo tipo de alimentação que contava com muito açúcar e bebidas alcoólicas. Uma das principais mudanças que os Suruí sofreram diz respeito à questão religiosa, com a inserção de não indígenas na sociedade indígena diversos missionários católicos e evangélicos foram até as TIs para tentar converter os indígenas. Isso fez com que muitos deles abandonassem as suas tradições religiosas e se convertessem ao catolicismo, criando um preconceito religioso dentro da própria sociedade paiter suruí, com aqueles que ainda seguiam os ritos tradicionais.

Atualmente, a etnia vive na Terra Indígena Sete de Setembro, que foi homologada em setembro de 1983, por meio do decreto 88.867. A terra fica localizada nos estados de Rondônia e do Mato Grosso, ocupando áreas nas cidades de Cacoal, Ministro Andreazza e Espigão D'Oeste, em Rondônia, e Rondolândia, no Mato Grosso, onde vivem 9,5% dos indígenas (Romero, 2014). A TI possui uma área de 248.146,921 hectares e a maioria da população vive no município de Cacoal (84,93%). Grande parte do território atual da TI se localiza próxima a BR 364, que liga Porto Velho a Cuiabá, o que facilita a entrada e saída da terra indígena.

Em 2011, a população paiter suruí era composta por 1.241 pessoas e saltou para 1.238 em 2022⁴, sendo esse o dado mais atualizado sobre a etnia. Esse crescimento ocorreu devido ao auxílio saúde que o governo passou a oferecer ao povo a partir de

⁴ Censo IBGE: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias>

1988 e também a instituições nacionais e internacionais que financiaram a capacitação de agentes de saúde indígenas. Os dados de 2011 mostram que a maioria dos indígenas eram crianças de 0 a 12 anos, sendo 550, e que nas faixas etárias de 13-19, 20-29 e 30-59 o número de pessoas era cerca de 250 em cada faixa, quanto ao sexo, havia 694 mulheres e 647 homens.

Amazônia: avanço da fronteira econômica e violência

Mesmo com a demarcação finalizada, os povos indígenas ainda sofrem com invasões de seus territórios por parte de mineradores, madeireiros e com ataques e ameaças de fazendeiros que têm interesses em suas terras. As invasões e ataques ocorrem porque o processo de colonização e ocupação dessa região continua acontecendo, como mostra o aumento da população da Amazônia Legal nos últimos 50 anos, que saltou de 6.931.759 habitantes na década de 1970 para 29.627.458 na década de 2010 (Silva, 2023).

Rondônia é um dos estados do Norte do país que tem o seu desenvolvimento ligado aos projetos de colonização agrícola e expansão rodoviária, executados durante a Ditadura Militar (Romero, 2020), o que levou a um fluxo migratório a partir da década de 1970 e o surgimento de diversas áreas de urbanização. Esse processo de urbanização serviu como um meio de inserir as sociedades tradicionais, que habitavam a Amazônia há séculos, ao modo de vida capitalista, transformando a relação que esses povos tinham com o trabalho e o consumo.

Essas mudanças foram muito influenciadas pelos imigrantes que vinham de outras regiões do país. A presença desses imigrantes gerou “uma sociedade migrante que não tem como valor referencial, e não parece ter ainda, a estética amazônica (natureza, rios e florestas, povos originários e comunidades tradicionais) como referência simbólica e valorização cultural” (Silva, 2023, p. 25), o que acabou criando uma sociedade que vive na Amazônia e que tem em sua base econômica a exploração e a destruição da floresta. Isso resulta nos conflitos de interesse que vemos até nos dias atuais, nos quais as singularidades dos povos tradicionais não são respeitadas e seus direitos, principalmente sobre a terra, são questionados e negados, mesmo em áreas que já foram demarcadas e homologadas.

Nas últimas décadas, os agentes do capital vêm se organizando no plano institucional, jurídico e social, para dismantelar as políticas ambientais e os direitos territoriais dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Eles buscam se apropriar de todas as terras que não estão servindo aos interesses do capital e gerando lucros; por isso, os territórios que os indígenas vivem, sejam eles homologados ou não, sofrem diretamente pressões de empresas, políticos etc., para que as situações dessas áreas sejam revistas e para que eles possam usufruir delas. A atuação desses indivíduos ocorre em diversas frentes ao mesmo tempo.

No plano institucional, buscam enfraquecer os órgãos públicos que são responsáveis pela fiscalização ambiental; no plano político, tentam por meio do Congresso Nacional, modificar leis ambientais, territoriais e de direitos humanos; eles defendem o agronegócio como sendo o motor do desenvolvimento econômico e social do país. Também realizam ataques diretos aos povos originários, usam a violência contra suas lideranças e população de modo geral, invadem suas terras, queimam seus bens e plantações, financiam o roubo de madeira, garimpos e grilagem. Vemos que o aumento da produtividade e das áreas ocupadas pelo agronegócio se relacionam diretamente com o aumento do desmatamento e da violência contra povos tradicionais, que mesmo aqueles grupos que vivem em territórios demarcados e protegidos por lei, sofrem com a ação do capital privado e que os órgãos do governo não conseguem garantir a segurança e o direitos das etnias indígenas, e nem da Amazônia (Silva, 2023).

Em 2022, o número de casos de violência contra os povos indígenas foi o maior dos últimos 9 anos, sendo que em Rondônia ocorreram 29 casos de invasão de Terras Indígenas com o objetivo de explorar ilegalmente os recursos naturais desses territórios, além disso houve também 2 assassinatos de indígenas (Cintra, 2022; Cruz, 2022). Mas as violências vão muito além da invasão de territórios: os povos nativos convivem com ameaças, sofrem racismo, assassinatos e existem muitas denúncias de violência sexual contra mulheres e crianças indígenas.

Em 2021, na Terra Indígena Sete de Setembro, foi realizada uma operação pela Polícia Federal em conjunto com a então Fundação Nacional do Índio, que levou à prisão em flagrante de 4 pessoas por envolvimento com atividades de desmatamento ilegal. A Polícia informou que foram encontrados diversos pontos com árvores

derrubadas, comunicadores e motos que eram utilizadas para deslocamento dentro da TI (Quatro..., 2021). A ativista ambiental e membro do povo paiter suruí, Txai Suruí, aponta que a destruição da Amazônia não se resume às árvores que são derrubadas ou queimadas, que além de todas as consequências que essas ações têm para o meio ambiente e a humanidade, os indígenas também correm risco quando vão fazer o monitoramento e defesa de seus territórios, ao fazerem isso eles colocam as suas próprias vidas em perigo (Scofield, 2022).

No fim do século XX, os Paiter Suruí passaram a utilizar as tecnologias que estavam disponíveis para travar a sua luta contra o garimpo ilegal, os grandes latifúndios, a extração ilegal de madeira e qualquer outra atividade que levasse à destruição do território que vivem, da floresta amazônica e das diversas populações que dependem dela. E é por meio da luta ambiental que surgiram os primeiros líderes paiter suruí que ganharam um grande destaque nacional e internacional. Com isso, os Paiter Suruí se tornaram uma das principais vozes do movimento ambientalista em todo o globo e ao mesmo tempo travam uma luta para manter viva a sua cultura e suas tradições, e passaram a buscar formas de afirmação de sua identidade (Romero, 2014; Júnior, 2016).

Por isso, a relevância das redes sociais se dá em parte pela autonomia e praticidade que elas trazem para a criação de conteúdos e documentos, sejam fotos, textos ou vídeos, e a proximidade entre quem produz conteúdo e quem consome. Os Paiter Suruí trabalharam com fotografia e vídeo antes de atuarem nas redes sociais, mas foram as mídias digitais que permitiram que a voz dos indígenas fosse ouvida por muito mais pessoas, esse alcance levou as narrativas paiter suruí a disputarem espaço com a História “Oficial” e com os conteúdos gerados pela mídia hegemônica sobre o povo. Essas novas tecnologias vão levar a uma produção mais democrática da história, a uma participação maior de grupos antes silenciados, uma diversidade de novos tipos de documentos e uma relação também mais próxima entre os historiadores e o público.

Os Paiter Suruí na História: História Pública e Autoridade Compartilhada

A internet criou a possibilidade das pessoas se apresentarem e representarem de diversos modos por meio das redes sociais, que possuem em sua maioria estruturas padrões, com um perfil para cada usuário, que contém informações pessoais desses indivíduos, sejam elas verdadeiras ou não, como nome, fotos e uma pequena descrição ou biografia, para citar apenas os mais comuns (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011). Com o passar dos anos, o uso dessas ferramentas se tornou algo tão cotidiano e o número de usuários chegou aos milhares, o que levou a naturalização do uso das redes sociais como ambiente de trocas de informações e até mesmo de estabelecimento de relações de amizade, profissionais, entre outros.

As relações do mundo offline e online se influenciam mutuamente, não se podendo estudar as estruturas e acontecimentos que ocorrem nas redes sociais sem relacioná-los com eventos políticos, sociais, econômicos e históricos de fora delas. Podemos perceber essas correlações quando analisamos o perfil oficial dos Paiter Suruí no Instagram e vemos, por meio de fotos e vídeos, parte do seu cotidiano, que é marcado pela relação entre tradição e tecnologia, processo que é vivenciado pelos Paiter Suruí todos os dias no mundo atual. Por isso, ao estudar questões indígenas atualmente, não podemos deixar de pensar nas formas como os povos indígenas vêm sendo representados nas redes sociais, sendo um movimento importante observar tanto a autorrepresentação que eles vêm produzindo, quanto a forma como outras pessoas se referem a eles. O discurso que existe na internet surge com base em questões apresentadas fora do mundo virtual, mas também “através dessa rede discursiva, expressamos e simbolizamos nossa realidade cultural, criamos e incorporamos experiências e nos constituímos enquanto sujeitos sociais” (Medeiros; Souza, 2018).

A história não consegue se isolar das disputas e conflitos que ocorrem dentro das sociedades e, por isso, a forma como ela é elaborada e contada ao longo do tempo é marcada por ideologias e visões de mundo dos grupos dominantes de cada momento histórico. Por isso, a herança cultural que a colonização deixou para a Ciência Histórica no Brasil foi uma trajetória baseada nos ideais dos grupos dominantes, ou seja, em grande parte ela era produzida pela e sobre a elite, o que gerou séculos de silenciamentos e esquecimentos para diversos grupos sociais minoritários. Os povos indígenas foram um dos mais afetados, tanto pelas doenças trazidas pelos europeus no

início da colonização, a escravidão e as guerras, mas também pelo seu apagamento da História do Brasil ou por uma representação ora como selvagens ora como povos “dóceis” (Freire, 2010).

Os indígenas começaram a aparecer mais na historiografia brasileira a partir da década de 1980, mas ainda assim apenas em “raros trabalhos sobre guerras indígenas contra o colonizador, o índio quase nunca foi tratado como sujeito de nossa história” (Vainfas, 1999, p. 10), e ao serem retratados apenas como agentes passivos a sua participação na construção da sociedade brasileira foi apagada. A passagem do século XX para o XXI trouxe diversas questões para os historiadores quanto à história indígena. Muitos deles se ligam à maior participação política e social que os indígenas passaram a ter após a sua inserção na internet e nas redes sociais, na medida em que elas vão potencializar os seus discursos e suas lutas.

As redes sociais tornaram mais perceptíveis que os historiadores não são os únicos a terem domínio sobre a História e a produzirem materiais históricos. As publicações do povo paiter suruí em sua conta oficial no Instagram nos permitem ver uma versão da História do país que durante muitos séculos ficou silenciada e esquecida, mas no cenário atual as vozes indígenas finalmente vêm ganhando espaço. A partir dessas produções é possível pensar a construção de uma história que vem sendo feita por grupos minoritários, na relação dessas produções com o público e de que modo os profissionais podem atuar nesse contexto, pensando a construção de uma História Pública (Frisch, 2016; Carvalho, 2016; Almeida, Rovai, 2011).

A História Pública começou a ser melhor delimitada na década de 1970, quando historiadores dos Estados Unidos pensaram a atuação dos profissionais no mercado de trabalho, para além da academia, e na Inglaterra, que trazia uma perspectiva dos usos públicos do passado e da história voltada para fins políticos e ideológicos, isso diretamente influenciado pela onda de movimentos sociais que o continente estava vivenciando (Carvalho, 2016). Mais de 40 anos depois, os debates sobre essa questão ainda seguem acalorados, em parte devido ao surgimento da internet e das redes sociais, o que colocou em questão diversos aspectos de como a História “Oficial” foi construída não só no Brasil, mas em todos os países.

Um dos marcos iniciais da História Pública no Brasil foi o “Curso de Introdução à História Pública”, oferecido em 2011 pelo professor Ricardo Santhiago, na Universidade de São Paulo. O objetivo dessa atividade era tratar de questões mais práticas, como fazer memória empresarial, como trabalhar em conjunto história e audiovisual e os princípios básicos do trabalho em arquivo. O foco do curso era divulgar esse campo e ao mesmo tempo mostrar as possibilidades de inserção do profissional no mercado de trabalho, além de falar sobre a inserção da história nas mídias. Desde então a História Pública vem sendo trabalhada e entendida de formas variadas por profissionais, alguns aproximam a História Pública e a divulgação científica (Carvalho, 2016), outros buscam discutir as diferentes autoridades que existem sobre a história e as diferentes formas de se produzir conhecimento histórico (Frisch, 2016. Almeida, Rovai, 2011; Fagundes, 2017; Cauvin, 2019).

Nesse sentido, o problema da autoridade (Frisch, 2016) pode ser entendido como a visão de que todos têm conhecimentos sobre a história, seja por ter uma formação profissional, por ter presenciado um acontecimento ou ouvindo sobre a história do seu grupo de pessoas mais velhas. A linha que separa a história da memória é muito tênue, enquanto a história dos profissionais é marcada por métodos, a memória é um dos instrumentos que eles usam para construir a história, mas quando se fala da população de modo geral as duas se misturam e se complementam (Ricoeur, 2007). Assim, a memória é tanto uma elaboração individual quanto coletiva dos indivíduos, mas ela não é uma ciência, ela se constrói com base nas experiências que as pessoas vão adquirindo ao longo da vida e passa por constantes alterações e atualizações, pois as pessoas nunca se lembram de um acontecimento como ele realmente ocorreu, mas criam uma nova versão dele com base no que estão vivendo no presente.

Então, a História Pública e a História Oral se complementam ao trazerem para o centro do debate historiográfico a participação da população e os seus entendimentos sobre o passado e o presente. Os dois campos trazem questionamentos sobre a autoridade que os profissionais têm sobre a história e buscam encontrar formas de trabalhar esses dois tipos de conhecimento em conjunto, como explica Frisch:

A Shared Authority sugere algo que é, que na natureza da história oral e história pública nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de

significados é, por definição, compartilhado. Até onde entendo, nós simplesmente não temos autoridade para distribuir por aí. Assim, argumentei, somos convocados nem tanto para “compartilhar autoridade”, mas para respeitar e entender a esta qualidade intrínseca (Frisch, 2016, p. 62).

A relação entre esses diferentes tipos de conhecimento em muitos momentos foi e continua sendo um problema para os historiadores, que não aceitam que a sua autoridade seja questionada. Mas quando os profissionais entendem que eles não detêm o controle e a autoridade total sobre a história, podemos falar em uma autoridade compartilhada entre eles e a população, que não aparece apenas como fonte, mas como detentores de uma autoridade a seu modo (Frisch, 2016; Fagundes, 2017). Assim, esses conhecimentos diversos podem se unir e criar uma história mais acessível, tanto quanto a sua linguagem quanto ao fato das pessoas conseguirem se identificar mais com o trabalho dos profissionais por se verem representadas neles.

Os Paiter Suruí usam as redes sociais como uma ferramenta para mostrar a sua cultura, tradições e história, apresentando nelas a realidade que eles vivenciam todos os dias, um cotidiano que foi diretamente influenciado pela colonização e as marcas desse processo ainda afetam diretamente a vida desse povo. As redes sociais possibilitam que eles sejam vistos e ouvidos por milhares de pessoas, que muitas vezes não acompanham as pesquisas que os historiadores fazem sobre etnias indígenas, devido a linguagem mais rebuscada que esses materiais científicos possuem, como livros e artigos. Assim, a presença dos indígenas nas redes sociais aparece como uma alternativa e uma fonte mais próxima de informação sobre as culturas e histórias de diferentes grupos.

Seja no Instagram, TikTok ou outras redes sociais, os jovens indígenas se apropriam dessas ferramentas e produzem conteúdos que fogem do padrão do que é criado pela mídia hegemônica. As possibilidades que as redes sociais apresentam são diversas, como a publicação de fotos, vídeos curtos ou longos, textos, a utilização de legendas e músicas nos vídeos. Isso possibilitou aos indígenas uma autonomia maior para apresentar a história, cultura e tradições de seus povos, mostrando e ressaltando a diversidade que existe entre as diferentes etnias (Freire, 2010) e a realidade do que eles vivem nos dias atuais. Neste contexto, Leite aponta que:

O uso de tecnologias móveis vem expandindo as linhas de fuga dentro do contexto mercadológico que se impõem à construção de imagens e de imaginários sobre os povos indígenas. A partir da apropriação de recursos próprios da linguagem

contemporânea presente nas redes sociais, os jovens TikTokers indígenas utilizam o ciberespaço para se reapropriar da potência, individual e coletiva, de criação de imagens que melhor representam a eles e a suas crenças (Leite, 2022, p.14).

A apropriação das redes sociais pelos indígenas possibilita que alguns preconceitos que existem no ideário brasileiro sobre os diferentes povos sejam confrontados, como a ideia de que não existem diferenças entre as etnias indígenas, o que anula a diversidade cultural e histórica que esses povos apresentam (Freire, 2010). Os Paiter Suruí fazem questionamentos sobre esse tema em seu perfil no Instagram, com postagens que discutem o assunto e levam a pensar sobre o apagamento que os diferentes povos indígenas sofreram ao longo da história.

Além disso, muitos ainda enxergam os indígenas como povos congelados no tempo e tem uma visão estereotipada de como deveria ser um indígena, “nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento.” (Freire, 2010, p. 14), então a utilização dessas tecnologias é vista como uma negação da sua condição de indígena, o que nega também as transformações sociais que qualquer grupo humano passa ao longo do tempo, principalmente, quando ocorre o encontro de diferentes culturas.

Outro pensamento que ainda é muito forte é o de que os indígenas não fizeram parte da construção do Brasil e do povo brasileiro, o que anula a atuação de diversos povos desde o período colonial, passando pela ocupação mais recente da Amazônia e chegando aos dias atuais. As transformações culturais que os Paiter Suruí passaram ao longo do tempo também aparecem como temas de postagens no perfil oficial do povo no Instagram, buscando refletir sobre como a cultura não é algo estagnado no tempo, mas, sim, que ela está sempre se alterando. Assim, a produção de conteúdos para a internet por jovens indígenas cria um novo tipo de relação com o público, no qual eles fazem perguntas, tiram dúvidas, falam o que eles gostariam de ver e saber sobre essas etnias, e aos poucos os indígenas conseguem desconstruir muitas dessas ideias equivocadas sobre os povos originários.

Apresentação do povo Paiter Suruí na rede social Instagram

Em 2010, Mike Krieger e Kevin Systrom criaram o Burbn, uma rede social que permitia o compartilhamento de fotos, mas logo seus criadores perceberam que o uso dela era muito complicado. Então, no mesmo ano, essa rede foi toda reprogramada e ganhou o nome de Instagram. No primeiro momento, os usuários podiam apenas colocar filtros em suas fotos e compartilhá-las em outras redes sociais como o Facebook e o Twitter. Com três meses no mercado, o Instagram alcançou a marca de 1 milhão de usuários (Entenda..., 2012). Dois anos depois, o Instagram foi comprado por Mark Zuckerberg, que é dono do Facebook, por 1 bilhão de dólares (Facebook, 2012).

A quantidade de usuários e de conteúdos que são produzidos dentro dessa rede social é enorme, e essas informações podem ser entendidas como documentos históricos, a partir do momento em que os usuários projetam e expõem partes selecionadas das suas vidas ou criam materiais para discutir assuntos profissionais, científicos e cotidianos. Nesse sentido, Carvalho (2016) afirma que pensar a relação entre História Pública e as redes sociais é extremamente importante no mundo atual, pois elas reúnem milhares de pessoas de diferentes lugares, que ocupam espaços sociais diferentes e formam um amplo público, em uma dimensão que os historiadores nunca antes tiveram acesso.

Aas redes sociais vão permitir que os sujeitos se apresentem, seja por meio de fotos, vídeos ou textos, o que mostra que as duas formas mais antigas de passar informações ainda são muito utilizadas, a fala e a escrita, o que se altera são as plataformas em que elas acontecem e o alcance que as informações passaram a ter. Assim, conforme os indígenas ocupam as redes sociais e conquistam espaço nas mídias não tradicionais, as diferentes etnias vão tomando o controle da narrativa da sua história, tanto dos acontecimentos do passado quanto do presente, e aos poucos vão encontrando maneiras próprias de se apresentarem e representarem nesses novos espaços.

Nesse contexto, os Paiter Suruí criaram em 2019 um perfil oficial para o povo, que em sua descrição diz ser voltado para narrativas independentes sobre povos indígenas. Isso mostra que o objetivo da etnia com o perfil é tanto ter um local próprio para abordar questões referentes aos Paiter Suruí, mas ao mesmo tempo falar sobre temas que afetam outros povos ou todos os povos indígenas do Brasil.

A primeira publicação foi feita em 10 de fevereiro de 2019 e atualmente o perfil conta com 2.190⁵ mil postagens. Os conteúdos publicados vão desde fotos e vídeos de membros da etnia, da realização de festas tradicionais e rituais, atividades cotidianas, sendo, assim, marcado pela junção do uso de tecnologias e da cultura tradicional dos Suruí. São também compartilhadas postagens de outros perfis e são feitas denúncias de ações ilegais que os afetam, como queimadas e desmatamento.

Devido a grande quantidade de publicações foi delimitado um espaço temporal de 2021 a 2022, anos que foram marcados pela pandemia de Covid-19 e pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que alinhado à extrema direita se colocou diversas vezes contra os povos indígenas e seus direitos. O *corpus* desta pesquisa se deteve nas publicações do povo paiter suruí em sua conta oficial do Instagram, buscando analisar aquelas que falam diretamente sobre o Acampamento Terra Livre, ATL, por se tratar de um tema pertinente à causa indígena no Brasil nas últimas décadas.

O ATL aconteceu pela primeira vez em 2004, quando uma ocupação foi realizada por povos indígenas do Sul do Brasil, na frente do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios (No..., 2023). O movimento ganhou força e diversas etnias de todo o país aderiram à mobilização, que passou a acontecer todos os anos e se tornou um centro de debates, manifestações e de tomada de decisões políticas por parte dos indígenas, que, muitas vezes, devido à extensão territorial do Brasil, não têm contato com grupos de outras regiões.

O Acampamento se tornou um dos principais movimentos políticos dos povos indígenas do Brasil. Em 2022, o movimento reuniu cerca de 8 mil indígenas de mais de 200 diferentes povos de todas as regiões do país em Brasília e os indígenas conseguiram abrir caminho para a eleição das deputadas federais Célia Xakriabá e Sônia Guajajara, além de ter possibilitado a criação do Ministério dos Povos Indígenas.

Essas movimentações políticas dos indígenas nos últimos anos mostram como a relação entre o mundo on-line e off-line estão ligadas e se influenciam mutuamente, nesse sentido Romero aponta que:

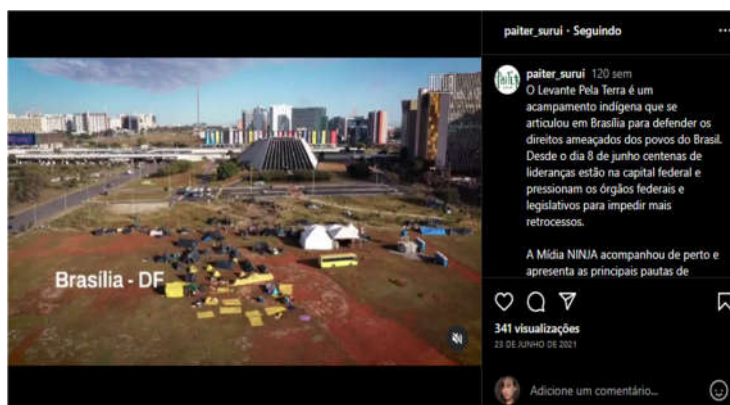
[...] a Internet tornou-se uma ferramenta capaz de articular os protestos de uma forma rápida e espontânea. As câmeras integradas, hoje em dia, em praticamente todos os

⁵ Dado recolhido em 27/12/2023

celulares representam uma arma nas mãos do povo, para lutar contra a manipulação midiática. Postando os vídeos e fotos na Internet, de forma instantânea, abre-se uma janela, diferente das mídias tradicionais, para observar os acontecimentos (Romero. 2014, p. 132).

Assim, as postagens feitas pelos Suruí em seu perfil no Instagram se ligam a outras manifestações e ações que o povo e outras etnias realizaram em prol da luta por seus direitos e territórios. Durante os dois anos analisados foram feitas 21 postagens sobre o ATL, sendo duas em 2021 e 19 em 2022. A primeira postagem de 2021, uma imagem, foi publicada no dia 7 de abril e mostra a ativista Txai Suruí com algumas palavras escritas em seu corpo, como mulher, direito e resistência, em forma de protesto. A segunda postagem, um vídeo, foi feita em 23 de junho e mostra a organização do Acampamento em Brasília, que contou com a presença de indígenas de diferentes etnias, que aparecem usando objetos tradicionais de seus povos, como cocares, colares e pintura corporal.

Imagem 1 - Acampamento Terra Livre



Fonte: Perfil oficial do Suruí no Instagram

O vídeo apresenta, ainda, um texto que fala um pouco sobre as imagens que estão sendo mostradas e sobre o ATL. A legenda ressalta a importância do movimento e relata como ocorreu a sua criação, o que mostra que a intenção dos Paiter Suruí com esse tipo de publicação é realmente levar informação para pessoas não indígenas e apresentar uma parte das lutas que eles enfrentam no mundo atual. O uso do cocar e outros objetos tradicionais aparecem para afirmar a identidade indígena, como afirma Bonin:

Ao se mostrarem para as câmeras portando objetos e ornamentos como cocares, arcos e flechas – mesmo que tais objetos componham também um sistema de signos estereotipados sobre suas identidades na historiografia oficial –, os índios, no contexto da marcha, investiram na produção de uma representação genérica de suas identidades como estratégia para conferir visibilidade às suas demandas sociais e políticas (Bonin, 2018, p. 11).

Vemos que os indígenas usam a representação estereotipada do “índio” que existe no imaginário brasileiro, como uma ferramenta de afirmação de suas identidades e de protesto, pois sabem que ao se caracterizarem desse modo terão uma repercussão maior. Ações como o ATL seguem sendo uma das principais bases do movimento indígena no Brasil e marcam a defesa dos seus direitos. Mas a internet e redes sociais também aparecem como ferramentas essenciais, como podemos ver pelas publicações que foram feitas, apresentando um pouco da forma como os indígenas se organizam no mundo atual e lidam com questões políticas e sociais.

A capacidade de compartilhamento e de alcance de um grande público das redes sociais é essencial para conscientizar a população sobre a história das sociedades indígenas, mas também para combater estereótipos e mostrar que os indígenas não são parte do passado brasileiro, mas, sim, que são populações diversas com culturas diferentes e únicas que ainda fazem parte da sociedade (Freire, 2010).

Desse modo, as produções dos Paiter Suruí em seu perfil oficial no Instagram servem como um meio de acesso a história desse povo, sem a intermediação de um profissional e mostram a tomada da sua narrativa histórica pelos Paiter Suruí. “Em mobilizações como o Acampamento Terra Livre e em marchas que reúnem distintas etnias com um objetivo comum, muitos signos são acionados de modo estratégico” (Bonin, 2018), assim, ao mesmo tempo que eles negam esse estereótipo, eles se apropriam dele em momentos em que percebem que podem ganhar mais visibilidade usando vestimentas e objetos tradicionais.

Em 2022, foram feitas 19 postagens no total sobre o ATL, que começam mais uma vez mostrando a juventude indígena paiter suruí se preparando para a viagem até Brasília e a legenda faz um resumo do que é o acampamento e da sua importância para as etnias indígenas. A segunda imagem mostra as barracas dos Paiter Suruí no acampamento e de novo a descrição apresenta uma explicação sobre o ATL, mostrando

como o Instagram serve como uma ferramenta de apresentação dos Paiter Suruí para o mundo e busca relatar as principais atividades que o povo desenvolve e participa.

Outras nove postagens são imagens de membros da etnia paiter suruí ou de outros grupos participando de atividades durante o ATL e todos se apresentam usando cocares, colares, pulseiras e pinturas corporais que são características desses povos, mostrando mais uma vez como em eventos políticos os povos originários se apropriam da visão estereotipada que existe sobre eles na sociedade brasileira. Ao fazerem isso eles conseguem ter um alcance e um impacto maior, fazendo um movimento tanto de apropriação quanto de negação da categoria de “índio”, que a população não indígena os insere. As legendas das fotos sempre buscam dizer qual o contexto da fotografia, a importância do ATL e da luta que os indígenas estão realizando por meio desse movimento. Uma outra imagem traz Almir Suruí junto a outra liderança indígena e a legenda fala sobre a articulação entre diferentes etnias que acontece durante o ATL.

Imagem 2 - Acampamento Terra Livre 2022



Fonte: Perfil oficial dos Paiter Suruí no Instagram

As atividades do acampamento também são retratadas em 7 vídeos. Neles, vemos a preparação para reuniões, danças tradicionais, rituais, rodas de conversa e apresentações musicais, aparecem indígenas de diferentes povos, mostrando como o evento reúne etnias de todo o país e como esse é um momento em que diversas questões

políticas, sociais, culturais e ambientais são debatidas em conjunto, buscando melhorias pelos povos tradicionais.

Questões políticas não aparecem apenas nesses momentos específicos, como o ATL, mesmo quando estão mostrando atividades tradicionais do seu povo, como a pintura corporal e a confecção de artesanato, ou quando apresentam as transformações culturais que o povo sofreu ao longo dos anos, como o uso da tecnologia que passou a fazer parte da defesa da floresta e monitoramento do seu território. O Instagram serve como um arquivo sobre a história do povo e pela primeira vez são eles que decidem quando, o que e como as informações vão ser compartilhadas, a rede social permite uma ligação entre o modo tradicional de apresentar as suas histórias e memórias, a oralidade, junto com os meios que eles foram aprendendo ao longo das últimas décadas devido ao contato com os não indígenas, a escrita e a língua portuguesa.

As redes sociais aparecem como aliadas dos povos originários, que encontraram nelas uma forma de contar a sua história e também de registrar parte da sua luta política, engajando com pessoas de todo o Brasil as suas ações e demandas. A política não aparece apenas em momentos de denúncia, mas mostram as vitórias que eles têm alcançado, como no vídeo publicado em 20 de abril de 2023, que fala que pela primeira vez na história do Brasil os indígenas comemoraram o “Dia dos Povos Indígenas” e não mais o “Dia do Índio”. Essa data que antes simbolizava a ideia de que todos os povos indígenas eram iguais e ajudava a manter vivo no ideário do brasileiro o estereótipo de como deveria ser um “índio”, agora marca a diversidade dos povos originários e o resultado de suas lutas políticas.

Conclusão

A produção dos Paiter Suruí no Instagram foi analisada para entender de que modo o povo usa essa rede social como uma forma de apresentar e representar a si mesmo. Devido a grande quantidade de postagens, foi delimitado que seriam analisadas aquelas realizadas em 2021 e 2022, que se relacionam com o ATL, que aparece como uma das principais ações políticas realizadas pelos indígenas no Brasil. Durante o período delimitado foram feitas 21 publicações sobre o Acampamento e foi observado

que não existe um padrão nessas postagens, pois em 2021 foram encontradas 2 postagens sobre o tema e 19 em 2022.

Ao analisar um tema político que envolve os Paiter Suruí foi possível observar que eles costumam se apresentar usando objetos tradicionais do povo, como cocares, pulseiras e colares, seja nas atividades do ATL em Brasília ou em manifestações dentro da terra em que vivem. Assim, vemos que eles se apropriam da ideia “índio”, que a sociedade brasileira ainda tem, como uma forma de conseguir mais visibilidade para as ações que estão realizando. Eles confrontam esse estereótipo em postagens em seu perfil no Instagram, mas também o utilizam como uma forma de protesto em momentos específicos.

Desse modo, a rede social Instagram é vista como uma ferramenta e uma fonte de História Pública, pois os Suruí usam a rede como uma forma de arquivo vivo, que não apresenta a sua história de forma linear. Temos fotos e vídeos antigos compartilhados juntos com conteúdos do presente, postagens que mostram fotos do momento do contato oficial junto com fotos das atividades cotidianas do povo. Nesse sentido, passado e presente, memória e história se misturam na forma como os Paiter Suruí vem se apresentando e representando no Instagram. Essas formas de representação mostram as transformações que o povo vem passando ao longo dos anos. A sua forma tradicional de narrar acontecimentos é pela via oral, mas a maioria das postagens são compostas por fotos e textos, que buscam mostrar suas vivências no presente, mas também parte do seu passado, que se constituiu em história, que antes era controlado por indivíduos de fora, mas que agora os Paiter Suruí têm acesso e usam ao seu modo.

Os Paiter Suruí usam o Instagram como uma forma de se mostrar para os não indígenas, alcançando assim um público mais amplo e diverso. O objetivo é conseguir aproximação com a população fazendo com ela tenha uma visão mais crítica sobre a história do país, entendendo mais sobre o povo paiter suruí e sobre questões gerais que afetam os povos originários de modo geral. Essas publicações mostram que eles cada vez mais vêm dominando as ferramentas criadas pelos não indígenas e usando elas a seu favor. Eles se apropriam do mundo on-line como uma extensão do mundo off-line e projetam aquilo que eles querem que mais pessoas tenham acesso e vejam, tendo a

dimensão de que as redes sociais não conseguem captar exatamente aquilo que eles vivenciam, mas serve como um intermediário entre eles e uma ampla audiência.

Referências bibliográficas

- Almeida, Juniele Rabelo de; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- Bonin, Iara Tatiana; Kirchof, Edgar Roberto; Ripoll, Daniela. Disputas pela Representação do Corpo Indígena no Twitter. Porto Alegre: *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, v. 8, n. 2, p. 219-247, abr./jun. 2018.
- Carvalho, Bruno Leal de. História Pública e Redes Sociais na Internet: Elementos iniciais para um debate contemporâneo. Rio de Janeiro: *Transversos: Revista de História*, v. 07, n. 07, 2016.
- Cauvin, Thomas. A Ascensão da História Pública: Uma perspectiva internacional. Campo Mourão: *Revista NUPEM*, v. 11, n. 23, p. 8-28, maio/ago. 2019.
- Cruz, Jaíne Quele. TI Uru-Eu-Wau-Wau foi a que mais sofreu ameaças de desmatamento na Amazônia Legal em 2021. *G1 - Rondônia*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2022/04/20/ti-uru-eu-wau-wau-foi-a-que-mais-sofreu-ameaca-de-desmatamento-na-amazonia-legal-em-2021.ghtml>. Acesso em: 25 jun. de 2023.
- CINTA Larga - Povos Indígenas no Brasil, 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Cinta_larga. Acesso em: 24 jun. de 2023.
- ENTENDA a curta história do Instagram, comprado pelo Facebook. *G1 - São Paulo*, 10 de abril de 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/entenda-curta-historia-do-instagram-comprado-pelo-facebook.html>. Acesso em: 25 abr. de 2023.
- Freire, José Ribamar Bessa. A Herança cultural indígena, ou cinco ideias equivocadas sobre os índios. in: Araújo, Ana Carvalho Ziller de. *Cineastas indígenas, um outro olhar: guia para professores e alunos*. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2010.
- Fragoso, Suely; Recuero, Raquel; Amaral, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- Frisch, Michael. A História não é uma via de mão única ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. in: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo. *História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- Fagundes, Bruno Flávio Lontra. O que é, como e porquê História Pública? Algumas considerações sobre indefinições. in: *VIII Congresso Internacional de História: Bahia*, 2017.
- FACEBOOK anuncia compra do Instagram. *G1 - São Paulo*, 09 de abril de 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/facebook-anuncia-compra-do-instagram.html>. Acesso em: 24 maio de 2023.
- Júnior, Carlos Fernando dos Santos. Memórias Indígenas e História Pública: Historiografia e emergência étnica no Nordeste contemporâneo. in: *X Encontro Estadual ANPUH - PE: História e contemporaneidade: Articulando espaços, construindo conhecimento*, 2016, Recife.

Leite, Caroline de Souza Ferreira. Do vídeo nas aldeias aos TikTokers indígenas: perspectivas decoloniais de produção de imagens através do vídeo e dos smartphones. Rio de Janeiro: *Concinnitas*, 2022.

Medeiros, Nair Cristina Carlos de. Souza, Claudete Cameschi de. Notas Sobre os Processos de Constituição Identitária de Indígenas Terenas nas Redes Sociais. Dourados: *Revista Arredia*, v.7, n.12, jan./jun. 2018.

NO 19º Acampamento Terra Livre, Joenia Wapichana garante que Funai dará prioridade às demarcações. Ministério dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/no-19o-acampamento-terra-livre-joenia-wapichana-garante-que-funai-dara-prioridade-as-demarcacoes>. Acesso em: 11 jul. 2023.

QUATRO pessoas são presas em área de desmatamento ilegal na Terra Indígena Sete de Setembro em RO e MT. *G1 - Rondônia*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/07/02/quatro-pessoas-sao-presas-em-area-de-desmatamento-ilegal-na-terra-indigena-sete-de-setembro-em-ro-e-mt.ghtml>. Acesso em: 11 jul. de 2023.

Romero, Zeus Moreno. *Os Paiteer Suruí: do arco e flecha às tecnologias do século XXI*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2014.

Romero, Zeus Moreno. *Memórias do Contato: os indígenas Paiteer Suruí e o avanço da fronteira econômica*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2020.

Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

Scofield, Laura. Txai Suruí: “Não estão queimando só a Amazônia, estão queimando as pessoas lá também”. *Brasil de Fato*. São Paulo, 20 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/20/txai-surui-nao-estao-queimando-so-a-amazonia-estao-queimando-as-pessoas-de-la-tambem>. Acesso em: 25 maio de 2023.

Silva, Ricardo Gilson da Costa. *A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem*. in. Silva, Ricardo Gilson da Costa. *Territorialidades e educação geográfica na Amazônia*. Porto Velho, Temática Editora e PPGG/UNIR, 2023.

Vainfas, Rodolfo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: *Tempo*, 1999.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 22/01/2024
Aprovado em: 11/07/2024